Lula confirma Pedro Lucas nas Comunicações

Ele será oficialmente anunciado depois da Páscoa

Ksyo Magalhães/Câmara dos Deputados

Pedro Lucas será oficializado ministro depois do feriado

Por Karoline Cavalcante

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) confirmou nesta quinta-feira (10) a indicação do deputado Pedro Lucas Fernandes (União-MA), para substituir Juscelino Filho no comando do Ministério das Comunicações. A troca acontece após o antecessor ter se demitido do cargo na última terça-feira (1º) devido à denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por supostos desvios de recursos de emendas parlamentares.

A informação foi confirmada à imprensa pela ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann. Ela estava no Palácio da Alvorada após reunião convocada pelo presidente, que contou também com a presença do ministro da Casa Civil, Rui Costa; do presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União-AP), e do futuro ministro, entre outros.

Pedro é o atual líder da bancada do União Brasil na Câmara dos Deputados. Segundo Gleisi, ele foi indicado peo partido a Lula, que aceitou e o convidou. No entanto, a nomeação sairá oficialmente na semana do dia 21 de maio, depois da Páscoa e do feriado de Tiradentes, a pedido do parlamentar, que solicitou o período para dar encaminhamento a questões pessoais, como a licença de seu mandato e a indicação de uma nova liderança para o partido. Até lá, a secretária-executiva do Ministério das Comunicações, Sônia Faustino Mendes, assume a pasta de forma interina.

"O União apresentou o nome do Pedro Lucas. O presidente aceitou e fez o convite ao líder para assumir. O Pedro Lucas só pediu até depois da Páscoa para assumir o ministério para encaminhar questões pessoais, de mandato e liderança", afirmou a ministra.

Já era esperado

No dia anterior, após participar da Cúpula da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac) em Tegucigalpa, capital de Honduras, Lula já havia sinalizado que o nomearia. Na ocasião, comentou que a renúncia de Juscelino representa uma política saudável de se afastar da função para poder provar sua inocência sem comprometer os trabalhos do dia a dia do governo.

"O União Brasil tem o direito de me indicar um sucessor para o Juscelino, que é do União Brasil. Eu já tenho o nome, eu conheço o Pedro Lucas. Vou voltar para o Brasil amanhã de manhã, vou conversar com o União Brasil e, se for o caso, eu já discuto a nomeação dele. Vou convocar o presidente do Senado, [Davi] Alcolumbre e alguns dirigentes do União Brasil e vamos conversar", disse o petista.

Recentemente, o parlamentar integrou, inclusive, a comitiva liderada por Lula em viagem de prospecção de negócios ao Japão e ao Vietnã. Na ocasião, que tinha por objetivo fortalecer os laços diplomáticos e comerciais entre o Brasil e os dois países asiáticos, participou de reuniões com o presidente.

O novo ministro

Aos 45 anos, Pedro Lucas é formado em administração de empresas com especialidade em Planejamento Governamental e está em seu segundo mandato na Câmara dos Deputados. Ele ingressou na carreira política como vereador de São Luís, Maranhão — sua cidade natal — cargo que também ocupou por dois mandatos (2012-2019) à época, pelo PTB. Em 2017, foi o primeiro presidente da Agência Executiva Metropolitana (AGEM), secretaria responsável por obras e melhorias na infraestrutura da Região Metropolitana da Grande São Luís.

Juscelino Filho, que deixa o ministério, é deputado federal pelo União Brasil do Maranhão. Assim, ao deixar a pasta, ele votará para a Câmara dos Deputados.

O ministro foi investigado pela Polícia Federal por corrupção e desvio de verbas orçamentárias. Segundo as investigações, antes de ser ministro, como deputado, Juscelino integraria um esquema que desviou os recursos de emendas que ele mesmo destinou para o município de Vitorino Freira, cuja prefeita era sua irmã, Luanna Rezende, também do União Brasil. Juscelino nega as acusações. A denúncia ainda será analisada pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). Se for aceita, Juscelino Filho passará a ser réu numa açao penal.

Governo analisará tarifaço de Trump com cautela, diz Haddad

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Haddad: Brasil manterá cautela com relação ao tarifaço

Por Gabriela Gallo

Em meio à repercussões globais sobre o tarifaço aplicado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (partido Republicano), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo federal está acompanhando os desdobramentos do tarifaço dos Estados Unidos com atenção. Ele ainda disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) orientou a equipe econômica do governo a agir com cautela. "Os canais diplomáticos estão abertos, e as conversas com o governo dos Estados Unidos estão acontecendo", declarou Haddad em conversa com jornalistas no Ministério da Fazenda, nesta quinta-feira (10).

Questionado pela imprensa, o ministro disse que ainda é cedo para eventuais previsões sobre o impacto da política econômica protecionista americana. "Como as coisas mudam a cada 24 horas no plano internacional, não há uma diretriz clara, e as pessoas estão com muita insegurança sobre o que está acontecendo com o governo dos Estados Unidos. Não é possível, nesses poucos dias transcorridos, de fazer uma avaliação criteriosa. Então, qualquer coisa que eu falasse aqui pode ser desmentida amanhã, a depender dos desdobramentos do que vai acontecer", ponderou o chefe da Fazenda.

No dia 2 de abril, Trump anunciou uma série de tarifas para diversos países, que variavam dependendo do país. No caso do Brasil, foi estabelecida a tarifa de 10% sobre produtos brasileiros, mais os 25% aplicados anteriormente sobre aço e alumínio brasileiro. Nesta quarta-feira (9), o presidente dos Estados Unidos unificou, por 90 dias, todas as taxas a 10%, com exceção da China. A medida, contudo, não faz diferença para o Brasil, que já tinha essa taxa preestabelecida.

Mesmo diante das incertezas com o comércio estadunidense, o ministro da Fazenda reforçou que o Brasil mantém canais de diálogo abertos com os Estados Unidos e destacou que o Brasil vem ampliando, de maneira estratégica e equilibrada, sua presença no comércio internacional. "O Brasil está aumentando o comércio exterior com todos os três grandes blocos, e não um só. Estamos ampliando os mercados abertos dos produtos brasileiros desde o primeiro dia do governo Lula. Isso não vale apenas para commodities, mas também para outros bens e serviços", ele reiterou.

Pesquisa

Um levantamento da Pesquisa Genial/Quaest aponta que a maioria da população brasileira concorda com o posicionamento do presidente da República em buscar negociar com o governo americano pela diplomacia. A pesquisa ouviu 2.004 pessoas com 16 anos ou mais, entre os dias 27 a 31 de março. Do total de entrevistados, 53% acredita que o Brasil deveria tentar reverter a situação das taxações dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros pela diplomacia e 33% avaliam que o Brasil deveria taxar os produtos norte-americanos de volta. A pesquisa tem um nível de confiança de 95% e margem de erro de dois pontos percentuais.

Questionados sobre qual a opinião referente ao presidente norte americano Donald Trump, 43% têm uma imagem negativa de Trump, 22% têm uma imagem positiva e 23% uma imagem regular do republicano.

Apesar da imprevisibilidade econômica diante dessas decisões internacionais, a economia interna brasileira tornou-se mais previsível na quinta-feira (10). O presidente Lula sancionou a Lei nº 15.121/2025, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025 – a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025. A medida é sancionada após mais de três meses de atraso por falta de acordo entre poderes Executivo e Legislativo.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Jandira não quer "dar palanque" para oposição

Para esvaziar anistia, esquerda quer outras pautas

Enquanto a direita tenta forçar a votação da anistia para os envolvidos na tentativa de golpe, a esquerda procura esvaziar o tema e mudar a pauta.

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) afirma que não é hora de "dar palanque" para os bolsonaristas, mas de investir em temas relacionados a propostas e interesses do governo.

Entre eles, citou projetos como o que elimina imposto de renda para quem recebe até R$ 5 mil mensais, a emenda constitucional da área de segurança, a aprovação da medida provisória que criou o crédito consignado para trabalhadores com carteira assinada e um pacote de medidas para a área da cultura.

"Temos que investir nos assuntos que são importantes", diz.

400 na fila

Jandira ressalta que mesmo uma aprovação, pelo plenário, de um pedido de urgência para a anistia não significa que ele venha a ser pautado. Segundo ela, há na Câmara 400 projetos carimbados como urgentes e que aguardam para que sejam votados.

Ambiente

Para ser aprovado, o projeto precisa ser pautado pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) — ele não obrigado a fazer isso nem se a oposição conseguir 257 assinaturas para o pedido de urgência. "Não vejo ambiente para isso", ressalta a parlamentar.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Sóstenes Cavalcante lidera a busca por assinaturas

Pesquisa do Centrão mostra maioria contra anistia

Pesquisa encomendada pelo Republicanos ao Informa chegou a resultado semelhante ao apurado pelo Datafolha e pela Quaest: 54% dos brasileiros são contra a anistia (esses outros institutos cravaram 56%).

Mas o detalhe importante para o Centrão é que seus eleitores estão na direita, entre aqueles que querem o fim das punições relacionados à tentativa de golpe de Estado — e políticos não brigam com quem os elege.

Ou seja, caso a proposta chegue ao plenário, a maioria do Centrão tende a votar sim. Daí que muitos do grupo continuem a apostar no jogo de tocar a bola pro lado, como tem feito Hugo Motta.

Dificuldade

Para um importante quadro do Centrão, ficará difícil para Motta não pautar a votação da urgência caso o líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), consiga as 257 assinaturas. Ele ainda crê na possibilidade de o Supremo Tribunal Federal reduzir penas e, assim, esvaziar a anistia.

Moderação

Desde domingo, quando houve a manifestação em São Paulo, que Sóstenes adotou uma prática menos agressiva na busca de assinaturas. Voltou atrás na sua decisão de divulgar os nomes de deputados que vinham evitando se comprometer com a proposta.

Ataque

Mas o pastor Silas Malafaia — líder da igreja em que Sóstenes é pastor — continua a bater. Em postagem no X, ele voltou a bater em Motta, destacou sua decisão de cancelar a reunião de líderes prevista para ontem e de fazer sessões virtuais na próxima semana.

Estratégias

Numa entrevista, ontem, Jair Bolsonaro criticou Malafaia, disse que ele quer resolver tudo "na pancada". Na prática, o time bolsonarista pró-anista utiliza várias estratégias para atacar. Ontem, o ex-presidente se reuniu com Motta — para discutir a anistia.